

A informação estatística: bem econômico e social

Leonardo Pellegrino de Souza¹

Apresenta o conceito de estatística e suas características. Descreve a estrutura e a evolução das instituições responsáveis pela coleta e análise de dados estatísticos no Brasil e em Minas Gerais. Descreve as principais fontes de informações estatísticas disponíveis no Brasil.

1 Introdução

A informação estatística constitui, hoje, um dos mais importantes bens econômicos. Quando disponível, transmite a idéia de direito de todos, permitindo, num primeiro momento, que a sociedade aprenda e se conscientize da complexa e contraditória realidade sócio-econômica para, em seguida, transformá-la, possibilitando melhores oportunidades de negócios e bem estar.

Em sua acepção atual, a palavra estatística, como substantivo ou como adjetivo, vem sendo usada desde meados do século XVIII. As expressões *statist*, *statistic* e *statistical* parecem ter derivado do latim status com duplo significado: Estado político e estado no sentido de situação das coisas. As definições variaram no correr do tempo, passando de mais amplas, como por exemplo, “ciência que nos ensina qual a situação política de todos os Estados modernos do nosso mundo” ou “simples exposição das características importantes de um Estado” de Jacob F. von Bielfeld, em meados de 1700, até definições mais precisas as quais, atualmente, identificam a Estatística como “ciência que se preocupa com a organização, descrição, análise e interpretação dos dados experimentais²”. A organização e descrição dos dados, grosso modo, se incluem no ramo denominado Estatística Descritiva, e a análise e interpretação pertencem ao domínio da Estatística Indutiva.

2 A informação estatística

Desde a época dos romanos percebe-se a preocupação com o registro

¹ Economista e técnico do Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro.

² Costa Neto, Pedro Luiz de Oliveira. Edgard Blücher. São Paulo, 1977.



da informação estatística, através da tentativa de um levantamento censitário, a partir dos registros de nascimentos da população. Além desses, outros povos da Antiguidade - como chineses, egípcios, persas - preocuparam-se com a questão.

2.1 Evolução

Normalmente divide-se em três as fases características da história da estatística. A primeira fase caracteriza-se pela vontade de organização de registros sistemáticos de informações e cadastros para fins bélicos ou fiscais. Como documento marcante desta fase pode ser citado o *Domesday Book*, organizado por Guilherme, o Conquistador, em 1086. A segunda fase distingue-se pelas sucessivas tentativas de construir a Estatística como disciplina autônoma. Isto ocorreu principalmente através da atividade de Johan Süssmilche, demógrafo alemão que escreveu, em 1741, o primeiro trabalho completo e sistemático sobre estatística populacional: *A ordem divina das variações do gênero humano conforme o número de nascimentos, das procriações e das mortes*. Também colaborou para a sistematização da Estatística, o matemático belga Adolphe Quételet, que organizou o I Congresso Internacional de Estatística, além de ter-se dedicado ao estudo e confirmação da regularidade dos fatos demográficos, aproximando-os da estatística matemática. Por fim, a última fase caracteriza-se pelo aperfeiçoamento técnico-científico da disciplina, influenciada, basicamente, pela teoria das probabilidades³.

2.2 Características

O *núcleo fundamental* da Estatística é o dado experimental ou informação estatística, cujo conceito pode ser descrito como o resultado da observação, registro ou medição dos eventos que afetam, de alguma forma, pessoas e/ou instituições.

Uma informação estatística deve satisfazer, em primeira instância, as condições de *privacidade*, *individualidade* e *confidencialidade*. O respeito aos direitos individuais, assegurados pela Constituição, é fundamental ao processo de produção e disseminação de informações. A coleta dos dados deve ser acompanhada da explicitação de seus objetivos, formas de utilização e benefícios públicos esperados.

Uma segunda condição a ser respeitada é a da *qualidade* da informação. É imprescindível, tanto para quem coleta ou produz, quanto para quem interpreta a informação estatística, explicitar e submeter suas opções conceituais e metodológicas a uma avaliação técnica externa, independente

³ A Teoria das Probabilidades é o ramo da matemática pura com a aplicação nas ciências naturais e sociais, cujas raízes encontram-se na teoria matemática dos jogos de azar, fundada a cerca de três séculos.

e idônea.

A terceira condição fundamental é a *atualidade*, já que num mundo de crescente complexidade e mudanças aceleradas, os demandantes de informação⁴ têm ampliadas suas necessidades de conhecer, de forma ágil, o ambiente em que atuam e entender o sentido e extensão das transformações que ocorrem em seu entorno.

A *padronização* é outro ponto fundamental. A busca de critérios de padronização para a informação estatística visa a possibilitar articulações entre diversas fontes internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. A harmonização de todos os produtos, atividades, ou serviços existentes num país sobre um código padrão, permite ganhos de produtividade (maior facilidade de se lidar com os dados, maior velocidade em todas as etapas de uma pesquisa) e, também, comparabilidade internacional. Esforços para padronizar e unificar as estatísticas no nível internacional datam da segunda metade do século passado, quando tiveram lugar na Europa, os primeiros congressos internacionais de Estatística, nos quais foram aprovados critérios normativos para efetivação dos levantamentos estatísticos e censitários.

A questão da *simplificação dos instrumentos* de coleta é outro ponto importante e tem por objetivo desonerar o informante das pesquisas estatísticas, dada a comprovada perda de qualidade com sua sobrecarga. O informante deve estar preparado para coletar aqueles determinados tipos de dados, dar as respostas em tempo hábil e conhecer o motivo pelo qual se presta a isso.

Por fim, a *manutenção da periodicidade*, seja ela decenal, quinquenal, anual ou trimestral, é de suma importância para se fazer comparações, ou mesmo, séries históricas. A mudança de periodicidade implica profundas modificações metodológicas, bem como dificulta a comparabilidade e unificação dos dados.

3 Estrutura das instituições estatísticas no Brasil

Atualmente, o marco legal de referência para a produção das estatísticas no país é o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG), aprovado em 20 de maio de 1974, pelo decreto nº 74.084.

Tal Plano “*compreende o conjunto de informações estatísticas, cartográficas, geodésicas, demográficas, sócio-econômicas, de recursos naturais e de condições de meio-ambiente, inclusive poluição, necessárias ao reconhecimento da realidade física, econômica e social*”

⁴ Demandantes devem ser entendidos aqui como sendo a comunidade acadêmica e científica, sociedade civil organizada e agências governamentais de diferentes níveis.



do País, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.”

Vários dispositivos estabelecidos pelo referido decreto transformaram se na Lei nº 6.183, de 11 de dezembro de 1974, dando forma definitiva ao PGIEG e estabelecendo um Sistema Estatístico Nacional (SEN). Daí deriva a exigência de que

“todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta de âmbito federal, estadual e municipal e entidades de natureza privada, que exerçam atividades estatísticas, ..., e para isso recebam subvenção ou auxílio dos cofres públicos”

integrem o Sistema. Determina ainda que o SEN *“se exercerá mediante a coordenação, orientação e desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”*.

Esse Instituto é sediado no Estado do Rio de Janeiro, sendo subsidiado das informações necessárias pelas superintendências regionais e inspetorias municipais, que compõem, assim, sua rede hierárquica. Antes da distribuição política do país ser organizada na forma de Estados, somente os territórios tinham organismos que assumiam, além do caráter estatístico, também o geográfico. Os departamentos eram denominados de Serviços de Geografia e Estatística.

Atualmente, as inspetorias ou escritórios municipais têm por objetivo não só coletar dados nas fontes primárias oficiais e privadas, como também criticar preliminarmente o material, corrigindo imperfeições, antes de enviá-lo à instância regional ou departamentos regionais. Esta, por sua vez, tem como competência administrar os escritórios municipais, rever criticamente os dados por estes enviados, bem como apurar alguns outros aspectos que dizem respeito ao universo estadual para, enfim, divulgá-los. Também subsidia, com estes mesmos dados estatísticos, o departamento nacional.

Infelizmente, os vários departamentos estaduais de estatísticas não apresentam nível de desenvolvimento similar. Nos Estados mais desenvolvidos os departamentos encontram-se razoavelmente mais bem aparelhados para realizar as tarefas estatísticas previstas, enquanto que nos menos desenvolvidos mal se obtém recursos suficientes para cumprir os encargos mínimos.

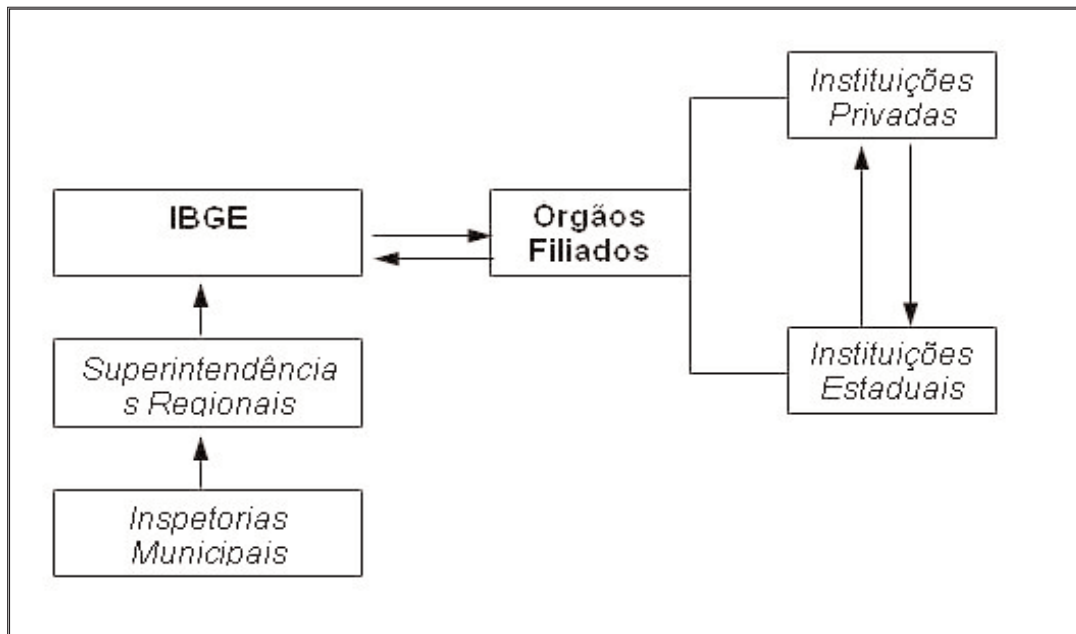
De maneira paralela existem os chamados órgãos filiados - entidades que coletam informações estatísticas e que, de certa forma, alimentam com elas o IBGE, além de realizarem pesquisas próprias, colaborando com o sistema nacional. Como exemplos de órgãos filiados podem-se citar, dentre outras, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) de São Paulo, a Fundação de

Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) do Paraná, o Centro de Informações e Dados (CIDE) do Rio de Janeiro e a Fundação João Pinheiro (FJP) de Minas Gerais.

FIGURA 1

Relações entre IBGE, Departamentos e instituições de estatísticas estaduais

3.1 Breve história do IBGE



207

Até 1862, o Brasil contava com diferentes tipos de levantamentos estatísticos, esparsos e incompletos, pois ainda não havia sido estabelecida uma metodologia consistente e os dados eram de veracidade duvidosa. Naquele ano, foi publicado, pelo Ministério da Agricultura, um estudo cujo principal objetivo era mostrar a necessidade de centralização das estatísticas e dos levantamentos populacionais. Em 1871 concretizou-se o objetivo de centralização, quando foi criada, através do Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro, a Diretoria Geral de Estatística (DGE), subordinada ao Ministério e Secretaria dos Negócios do Império.

A primeira realização da DGE ocorreu em 1872, com o trabalho de Recenseamento Geral do Brasil que, a título de curiosidade, totalizou 10.112.061 de habitantes no território nacional⁵. Tal programa voltou a acontecer nos anos de 1880 e 1900, porém com restrições na investigação

⁵ Os dados do último Censo Demográfico, recém publicado pelo IBGE, totalizam a estimativa para o ano de 1991 em 147.073.900 habitantes em todo território nacional, inferindo um crescimento médio neste período da ordem de 2,3 % ao ano.

das variáveis pesquisadas que incluíram apenas a população total e algumas de suas características tais como sexo, idade, defeitos físicos e estado civil. Destacam-se também, como realizações da DGE, o primeiro Anuário Estatístico do Brasil, que divulgava dados relativos ao quinquênio 1908/1912, e o censo de 1920. Este último teve um planejamento mais elaborado que as publicações de recenseamento anteriores, introduzindo a investigação de variáveis econômicas, como por exemplo atividades agrícolas e industriais, concretizando o desejo manifestado por vários setores da sociedade naquela época. Vale mencionar que foi este o primeiro censo a utilizar a apuração mecânica para a obtenção dos resultados.

A periodicidade decenal para censos populacionais, apesar de ratificada pela Constituição Republicana, promulgada em fevereiro de 1891, foi quebrada em 1930, devido a situação política interna.

O atual sistema estatístico nacional tem origem no Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, que criou o Instituto Nacional de Estatística (INE). Em 1937 anexou-se a este o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG) e no ano seguinte, através do Decreto-lei nº 218, de 21 de janeiro de 1938, o INE passou a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), definindo-se como

*“entidade de natureza federativa tendo, por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais”.*⁶

O IBGE assumia, portanto, a atribuição de órgão coordenador das estatísticas do país no âmbito da União, Estados e Municípios.

O Recenseamento Geral do Brasil de 1940 - o primeiro sob a responsabilidade do IBGE - teve um planejamento cuidadoso a partir de moldes teóricos e metodológicos modernos, buscando uma abordagem mais detalhada da realidade social do País. Do ponto de vista demográfico, pesquisaram-se itens como: estado conjugal (e não mais estado civil), língua, instrução, fecundidade, migrações internas etc. Este recenseamento abrangeu também variáveis de cunho sócio-econômico, através dos Censos Agrícola, Comercial, Industrial, de Transportes e Comunicações, dos Serviços e Social.

O Recenseamento Geral de 1950 contou com uma certa descentralização em algumas atividades, havendo, entretanto, perfeita harmonia e integração entre as agências municipais de estatística e o Serviço Nacional de Recenseamento, com sede no Rio de Janeiro. No Censo

⁶ Oliveira, Raul Romero de. *A documentação estatística básica no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE 1967.

Demográfico, o nível de detalhamento dos itens pesquisados foi menos abrangente, deixando de incluir perguntas sobre cegueira, surdo-mudez, número de pessoas que falam correntemente o português, entre outros, levantando, entretanto, dados sobre favelas do então Distrito Federal. Fizeram parte, também, deste recenseamento, os Censos Agrícola, Comercial, Industrial e dos Serviços.

Como parte dos trabalhos de planejamento do Recenseamento Geral de 1960, realizaram-se dois censos experimentais: o primeiro, em 1957, na cidade de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais e o segundo, em 1959, na então futura capital do Brasil, Brasília, inaugurando as pesquisas temporárias.

Tanto na fase de coleta das informações quanto na de apuração e divulgação dos resultados, o recenseamento de 1960 enfrentou uma série de problemas causados, principalmente, pela falta de verbas e por inadequação dos equipamentos utilizados na fase de apuração. Os resultados definitivos só foram publicados muito tempo depois. Apesar de tantos atropelos, foi um censo inovador, pois introduziu a técnica de amostragem, bem como a utilização de computadores de grande porte para a apuração dos resultados e, ainda, o sistema de pré-codificação das respostas.

Quanto ao Recenseamento Geral de 1970 - o primeiro após a reestruturação do IBGE que passou a Fundação em 1967 - não trouxe grandes mudanças em termos de planejamento e execução. A amostragem foi usada na mesma proporção que no Recenseamento anterior e ampliaram-se as indagações sobre pessoas, famílias e domicílios. Além do Censo Demográfico, realizaram-se, também, o Agropecuário, o Predial, o Comercial, o Industrial e o dos Serviços.

A partir de 1975 teve início a periodicidade quinquenal para os Censos de caráter econômico (exceto o Demográfico), de forma a possibilitar um melhor acompanhamento da evolução das atividades destes setores, tal a intensidade das mudanças verificadas na sociedade. Essa periodicidade foi determinada pelo PGIEG, descrito anteriormente.

O Recenseamento de 1980 foi bem mais abrangente. No que diz respeito à questão demográfica as variáveis ganharam maior detalhamento. Preocupou-se mais com as características pessoais dos entrevistados, como por exemplo a dimensão, composição e característica da população, a estrutura familiar, o nível de instrução e a escolaridade, o rendimento próprio e das pessoas da família. Investigou-se, ainda, pela primeira vez, o trabalho de crianças com menos de 10 anos, cujo objetivo era a busca de maior conhecimento da situação do menor. Os Censos Econômicos, que também fizeram parte deste recenseamento, compreenderam o Agropecuário, Industrial, Comercial e dos Serviços. Além destes foram realizados trabalhos em atividades específicas através dos Inquéritos Especiais da Indústria da Construção; da Produção e Distribuição de Energia Elétrica; dos Transportes; das Instituições Financeiras, Seguros e Capitalização; do Abastecimento de

Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Pública e Remoção de Lixo.

Nos Censos Econômicos de 1985 (surpreendentemente os mais recentes) pesquisaram-se os setores Agropecuário, Comercial, Industrial, dos Serviços, da Construção e dos Transportes. Vale destacar que, pela primeira vez, investigaram-se, através do Censo Agropecuário, os métodos de conservação do solo, inseminação artificial, origem da produção de mel e de cera. No que diz respeito ao Censo Industrial, houve uma preocupação maior com as empresas de pequeno porte (menos de 5 pessoas), permitindo um estudo específico que foi publicado em separado, constatando-se que era um setor com considerável movimento de mão-de-obra e fortemente concentrado na Região Sudeste.

O último censo realizado no país foi o Censo Demográfico, em 1991. O atraso de um ano ocorreu por alegação de falta de verbas para repasse ao IBGE, o que dificultou os trabalhos em vários aspectos. O mais importante deles foi o rompimento da periodicidade decenal do censo, não permitindo comparabilidade. Para realizá-lo foi preciso ajustar os dados do ano de 1990 de forma a estimá-los. Tal Censo deteve-se nas variáveis mais gerais, educacionais e econômicas da população brasileira, tais como sexo, idade, religião, cor, alfabetização, nível de instrução, trabalho, dentre outras.

3.2 Breve história dos órgãos filiados

A trajetória de cada um dos organismos filiados confunde-se no que diz respeito às dificuldades por eles enfrentadas, embora os mesmos apresentem especificidades na sua estrutura e organização. Uma primeira dificuldade diz respeito à obtenção de dados. Nem todas as entidades informantes, principalmente as privadas, disponibilizam facilmente as informações solicitadas, ou mesmo se prontificam a disponibilizá-las, porque desconhecem, na maioria das vezes, o objetivo da pesquisa e, portanto, a necessidade que há de que determinado dado seja bem coletado e divulgado no prazo estipulado. Além disso, alegam que suas informações têm caráter sigiloso e, desta forma, não podem divulgá-las.

Uma segunda dificuldade diz respeito à padronização da coleta de informações, uma vez que alguns organismos definem classificações de atividades, principalmente econômicas, diversas daquelas estipuladas pelo IBGE. Isso dificulta e, freqüentemente, desvirtua a conclusão dos estudos, já que se torna impossível a comparação.

Há também a dificuldade de manutenção da periodicidade, estritamente ligada à intermitência nas séries temporais, ou seja, paralisação da série de dados anteriormente coletados. Outra ainda, diz respeito às mudanças metodológicas, principalmente modificação no universo das amostras durante os anos, não permitindo a comparação entre duas ou mais pesquisas. Como exemplo, pode-se citar que algumas pesquisas investigam

o estabelecimento empresarial, outras, o endereço⁷.

Por fim, uma última dificuldade relaciona-se à falta de recursos disponíveis para reequipar ou mesmo fornecer o mínimo de suporte técnico às entidades e pessoas responsáveis pelas pesquisas. Em anos recentes, cortes nas despesas governamentais têm representado uma forte pressão sobre os órgãos estaduais de estatísticas. Dada a preocupação com *déficits*, optou-se por reduzir desproporcionalmente despesas em pesquisas, desenvolvimento e infra-estrutura de informações. Entretanto, seriam justamente estas pesquisas as detectoras dos reais problemas que levaram os Estados a esta situação. Daí, conclui-se que as decisões políticas com ênfase econômica (suposta escassez de recursos), acabam por prejudicar duplamente o próprio Estado.

Não seria possível, dadas as limitações deste trabalho, desenvolver um exame completo, das atividades estatísticas de todos os órgãos que também concorrem com substancial quantidade de informações alimentadoras das demandas dos analistas. Os dados destes organismos decorrem de levantamentos especiais ou de registros administrativos que nem sempre apresentam-se organizados a ponto de serem considerados informações estatísticas. Porém, o caso mineiro será reportado a seguir.

3.2.1 Instituições estatísticas em Minas Gerais

A atividade estatística em Minas Gerais começa em meados dos anos 60, quando o Departamento Estadual de Estatística (DEE), ligado estritamente ao IBGE, funcionava com o intuito de cooperar com o mesmo, realizando as funções de coleta, reunião, armazenamento e distribuição primária dos dados não absorvidos pela Superintendência Estadual do órgão (IBGE) para os usuários que, por sua vez, tinham a função de análise e interpretação.

Pouco mais tarde, o Governo do Estado resolveu dinamizar o órgão, reequipando-o e instrumentalizando-o de maneira que pudesse, também, produzir informações estatísticas derivadas⁸, análises e pesquisas próprias. Desta forma, através do decreto nº 14.323, de 4 de fevereiro de 1972, o governo criou, em substituição ao DEE, o Instituto Estadual de Estatística (IEE). Todavia, assim como aconteceu com o DEE, o IEE não atingiu plenamente seus propósitos, por não ter havido meios suficientes para tal. Todas aquelas dificuldades descritas no item anterior servem para ilustrar o problema.

Através do Decreto nº 18.406, de 4 de março de 1977, que dispunha sobre o Sistema Estadual de Planejamento (SEP), reorganizando a Secretaria

⁷ Uma mesma empresa, num só endereço, pode perfeitamente apresentar estabelecimentos diferentes, uma vez que estes últimos se caracterizam pela atividade produtiva realizada.

⁸ Estatística derivada são as estatísticas que agregam um ou mais pesquisas básicas transformando-as numa terceira, como por exemplo acontece com as Contas Nacionais, vistas na seqüência do texto.



de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN/MG), o governo promoveu a criação da Superintendência de Estatísticas e Informações (SEI). Suas competências diziam respeito ao planejamento, coordenação, coleta, crítica, apuração, sistematização, análise, interpretação e divulgação dos dados relativos aos fenômenos físico-demográficos, econômicos, sociais, culturais e político-administrativos, além da realização de estatísticas derivadas. Com isso, alguns novos produtos puderam ser elaborados, dentre eles o indicador do comportamento econômico, ou seja, Produto Interno Bruto (PIB)⁹, os anuários estatísticos estaduais e também o trabalho sobre a formação bruta de capital fixo, que permitiu o cálculo da capacidade de investimento do Estado. Deve-se salientar a qualificação da equipe multidisciplinar, bem como seu elevado número de componentes, apoiados pela consultoria do Instituto Latinoamericano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), da Organização das Nações Unidas (ONU).

Porém, infelizmente, através da Lei nº 10.827, de 23 de julho de 1992, mais precisamente através do seu artigo 33º, a SEPLAN transferiu as atividades da SEI para um centro, criado para este fim, na FJP, passando a atividade estatística do Estado a ser administrada por uma instância menor.

Desde então, o centro, denominado Centro de Estatística e Informações (CEI), vem mantendo alguns indicadores básicos, e tentando revigorar e dinamizar as estatísticas de Minas Gerais, a partir do esforço louvável de um grupo seletivo de técnicos e pesquisadores. Hoje é o órgão oficial de estatística do Estado.

4 Estatísticas disponíveis

O Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG) do IBGE é constituído pelas informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, estabelecidas como necessárias ao conhecimento da realidade física, humana, econômica e territorial do país. Entretanto, neste trabalho serão estudadas as informações estatísticas, com maior ênfase para o setor econômico, a saber:

- a) Subsistema de estatísticas sóciodemográficas
- b) Subsistema de estatísticas econômicas
 - Estatísticas de produção
 - Estatísticas de preços
 - Estatísticas macroeconômicas

Mas, antes disso, deve-se esclarecer dois conceitos básicos, usados na estatística: a população ou universo e amostra.

⁹ PIB, sob ótica da produção, é a soma dos bens e serviços produzidos no país e, sob a ótica da renda, o valor pelo qual se tem uma noção da renda gerada no país, num determinado período de tempo.

Uma *população ou universo*, no sentido geral, é o conjunto de elementos com pelo menos uma característica comum. Essa característica comum deve delimitar, inequivocamente, quais os elementos que pertencem e os que não pertencem à população.

Uma vez caracterizada a população, o passo seguinte é o levantamento de dados acerca da característica ou características de interesse no estudo em questão. Porém, grande parte das vezes não é conveniente, ou mesmo possível, realizar o levantamento dos dados referentes a todos os elementos da população. É necessário, então, limitar as observações a uma parte da população, isto é, a uma *amostra* proveniente desse universo. Uma amostra é, pois, um subconjunto de uma população, necessariamente finito, pois todos os seus elementos serão examinados para efeito da realização do estudo estatístico desejado.

4.1 Subsistema de estatísticas sóciodemográficas

As estatísticas sociais e demográficas se correlacionam entre si e, de maneira geral, revelam aspectos quantitativos da estrutura socioeconômica da população, além de alguns movimentos populacionais, registrando os processos contínuos das alterações que a afetam. Em outras palavras, agregam informações de caráter analítico e explicativo das relações que se processam entre a população e o espaço geográfico considerado. Estudam, primeiramente, o efetivo e a repartição da população, seguindo-se o estudo da variação no tempo, composição por sexo, idade, lugar de residência, profissão, trabalho, rendimento, dentre outras.

O QUAD.1 sintetiza o Subsistema de estatísticas sociodemográficas do IBGE, mostrando seus objetivos, periodicidade e anos censitários.



QUADRO 1
Pesquisas sociodemográficas

Pesquisas Realizadas	Objetivos	Periodicidade	Anos censitários
Censo Demográfico	Levantar as características estruturais relativas à população e ao domicílio	Decenal	1920,1940, 1950,1960, 1970,1980, 1991
Registro civil	Fornecer informações para atendimento a estudos demográficos, a partir do levantamento de nascimento, casamentos, óbitos, etc...	Anual	—
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	Investigar os temas habitação, rendimento, mão-de-obra, características demográficas e educação. Funciona como uma espécie de mini Censo.	Anual	desde 1967
Pesquisa Mensal de Emprego (também conhecida como Pesquisa de Emprego e Desemprego)	Realizar acompanhamento do mercado de trabalho retratando a dinâmica conjuntural em áreas metropolitanas.	Mensal	desde 1980
Elaboração de Indicadores Sociais	Divulgar indicadores construídos e analisados em diversas áreas temáticas, como por exemplo, saneamento básico, saúde e nutrição, participação político-social, dentre outras.	Anual	—

Fonte: IBGE - Elaboração do Autor

4.2 Subsistema de estatísticas econômicas

Com relação a este subsistema serão apresentadas, sucintamente, as estatísticas econômicas subdivididas em três grupos: produção, preços e macroeconômicas.

4.2.1 Estatísticas de produção

Neste sub-item, existe a tendência de uma nova subdivisão em três grandes partes:

- a) atividade agropecuária;

- b) atividade industrial;
- c) outras atividades (outros serviços).

As estatísticas relativas à atividade agropecuária incluem todo e qualquer tipo de levantamento da produção de animais e de vegetais, separadamente, cada uma apresentando publicações específicas. O QUAD.2 lista as pesquisas estatísticas agropecuárias, sua periodicidade e os anos censitários.

QUADRO 2
Pesquisas do setor agropecuário

Pesquisas Realizadas	Periodicidade	Anos censitários
Produção Agrícola Municipal	Anual	desde 1938 pelo IBGE 1973
Pesquisa Pecuária Municipal	Anual	desde 1945 pelo IBGE 1973
Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura	Anual	desde 1938 pelo IBGE 1973
Pesquisa de Estoque de Produtos Agrícolas	Semestral
Pesquisa de Abate de Animais	Mensal	desde 1975
Pesquisa de Leite	Mensal	desde 1976
Levantamento Sistemático da Produção Agrícola	Mensal	desde 1972
Censo Agropecuário	Quinquenal	1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985

Fonte: IBGE. - Elaboração do Autor

Nas estatísticas industriais incluem-se as informações das atividades de extração mineral, de transformação, de construção e dos serviços industriais de utilidade pública. Têm por objetivo mapear a estrutura e acompanhar a evolução de cada setor, subsidiando análises retrospectivas e prospectivas. Assim, como as estatísticas do primeiro grupo, estas servem de suporte para a mensuração das Contas Nacionais e do Produto Interno Bruto, detalhados adiante. Tanto a esfera administrativa quanto a periodicidade das pesquisas variam conforme o objetivo.

O QUAD.3 mostra as pesquisas relativas à atividade industrial, sua periodicidade e anos censitários.



QUADRO 3
Pesquisas do setor industrial

Pesquisas Realizadas	Periodicidade	Anos censitários
Pesquisa Industrial Anual	Anual	desde 1966
Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil	Anual	desde 1990
Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física	Mensal	desde 1970
Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais	Mensal	desde 1979
Censo Industrial	Quinquenal	1940,1950, 1960,1970, 1975, 1980, 1985
Inquérito Especial da Construção	Publicada uma vez	1980
Inquérito Especial de Energia Elétrica	Publicada uma vez	1980

Fonte: IBGE. - Elaboração do Autor

O último grupo inclui a prestação de serviços às famílias e aos demais agentes econômicos, englobando um conjunto amplo e heterogêneo de atividades, tais como Comércio, Transporte e Comunicações, Instituições Financeiras, Aluguéis, Outros Serviços, dentre outras.

Da mesma forma, estas estatísticas são organizadas com o objetivo de proporcionar uma visão da forma estrutural e o acompanhamento temporal, variando na abrangência e periodicidade. O QUAD.4 sintetiza as pesquisas realizadas no setor serviços.

QUADRO 4
Pesquisas do setor serviços

Pesquisas Realizadas	Periodicidade	Anos censitários
Pesquisa Anual do Transporte Rodoviário (ex-Empresas do Transporte Rodoviário)	Anual	desde 1968
Pesquisa Anual do Comércio	Anual	desde 1989
Inquérito Especial dos Transportes	Publicada uma vez	1980
Censo dos Serviços	Quinquenal	1940,1950,1960, 1970,1975,1980, 1985
Inquérito Especial dos Transportes	Publicada uma vez	1980

Fonte: IBGE. - Elaboração do Autor

4.2.2 Estatísticas de preços

As estatísticas de preços englobam indicadores mensais que expressam as variações de preços ocorridas nos mercados atacadista e varejista, no setor da construção e na fonte de produção agrícola. Referem-se, também, aos valores da remuneração da mão-de-obra e dos salários mínimos instituídos no país. Todos os índices seguem rigorosas técnicas de metodologia, no que diz respeito à montagem da estrutura de pesos, fórmula de cálculo, pesquisas básicas, bases cadastrais e métodos de coleta.

Podem ser divididas, para facilitar o entendimento, em sistemas distintos:

- a) Sistema Nacional de índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), realizados pelo IBGE desde 1979;
- b) Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil (SNAP), desde 1985;
- c) índices de Preços na Fonte da Produção Agrícola, desde 1990;
- d) índices de Preços por Atacado, desde 1979.

O SNIPC compõe-se, tradicionalmente, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e do índice de Preços ao Consumidor por Atacado (IPCA), porém são produzidos indexadores com objetivos específicos ou por tempo determinado, como é o caso do IPCA-E, do IPC-r e do IRSM.

Deve-se fazer uma distinção, quando da menção de quaisquer dos índices, entre os cálculos em nível regional e nacional. Os primeiros são calculados em regiões predeterminadas, via fórmula de Laysperes, quando



não apresentam sazonalidade. No caso de apresentarem sazonalidade, são calculados via fórmula de Paache, como por exemplo, o item alimentos. Já em nível nacional, não basta agregá-los; é preciso utilizar uma média aritmética ponderada, com o intuito de abranger, de forma distinta, populações ou universos heterogêneos. Esta ponderação depende, logicamente, do objetivo do índice em questão. Pode ser usada para tanto a população residente, como também o rendimento total urbano.

Já os índices do SNAP referem-se, como o próprio nome indica, aos custos do metro quadrado da construção civil, e seus objetivos são os de programar os investimentos, acompanhar preços de materiais e salários, dentre outros.

Os Índices de Preços na Fonte da Produção Agrícola se incumbem de mostrar a situação, de maneira mais ampla, dos preços recebidos pelos agricultores quando da venda dos produtos, das terras, dos salários.

Os Índices de Preço por Atacado são oriundos do Instituto Brasileiro de Economia da FGV e tem a preocupação de medir a evolução dos preços de diversos produtos, em diversos estágios do processo produtivo, diferenciando-se, desta forma, dos demais. Podem, por sua vez, ser divididos em oferta global e disponibilidade interna. O primeiro obedece ao critério de origem do produto e o segundo ao critério de destino da produção. Como exemplos podem-se citar o índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e o índice Geral de Preços - Oferta Global (IGP-OG).

4.2.3 Estatísticas macroeconômicas

As estatísticas macroeconômicas visam a representar a vida econômica do País através de um conjunto de informações quantitativas, de modo a possibilitar tanto o conhecimento das características estruturais, quanto o acompanhamento de sua evolução a médio e curto prazos, sob quatro aspectos, de maneira geral:

- a) Finanças Públicas;
- b) Sistema Monetário e Financeiro;
- c) Setor Externo;
- d) Contas Nacionais.

As Finanças Públicas apresentam, grosso modo, informações sobre receitas e despesas realizadas pela União, Tesouro Nacional, Estados e Municípios. O aspecto Sistema Monetário e Financeiro encarrega-se de compilar as informações referentes aos meios de pagamento e à atuação das instituições financeiras no país. O Setor Externo responsabiliza-se pelos dados sobre o comércio de mercadorias, balanços de pagamentos e taxa de câmbio e, por fim, as Contas Nacionais fornecem os agregados macroeconômicos sobre o Produto Interno Bruto, taxas reais de crescimento, renda disponível, contas de capital, dentre outras. Para tanto, utilizam-se das

de pesquisas desenhados a partir de um Cadastro Central de Empresas. O cadastro seria o pilar, a referência das unidades que compõem o sistema produtivo formal¹⁰. Sendo assim, para abranger os segmentos informais recorrer-se-ia às estimativas advindas de pesquisas paralelas e específicas, de forma a abraçar todo o sistema produtivo nacional.

Não obstante, a passagem de um sistema político baseado num poder executivo forte e centralizador para uma descentralização político-administrativa-financeira, através da Constituição de 1988, que fortaleceu Estados e Municípios e o Poder Legislativo, implica a necessidade de uma maior articulação entre estas esferas, na tentativa de superar a nova demanda.

De maneira semelhante, a revolução científico-tecnológica, especialmente aquela que se refere à microinformática e às telecomunicações, levou os sistemas centrais de estatística a reduzirem todos os seus prazos, fazendo com que a disseminação das mudanças estruturais fossem mais velozes e as conjunturais em tempo real; tudo em função do progresso, competitividade e globalização.

Dessa forma, o modelo antigo, que apresentava como características marcantes a centralização, a desarticulação, a lentidão, pilar nos censos, informações estruturais e doação da informação, precisa ser atualizado, revertendo as tendências para a descentralização, a integração, a agilidade, pilar nas amostras, informações conjunturais e, finalmente, venda das informações.

6 Conclusão

As diversas aplicações da estatística, que envolvem praticamente todos os ramos da atividade humana, desde a medicina até a economia, exigem dos governos que estabeleçam sistemas nacionais e, numa menor ordem, estaduais, que possam, sobretudo, obter informações sobre os mais importantes aspectos da vida do país e de cada região.

A partir do momento em que a informação esteja disponível, a mesma adquire a idéia de direito de todos. Seu acesso constitui um dos alicerces da sociedade democrática, fundada na cidadania. A informação estatística democratizada contribui, portanto, para que o conjunto de cidadãos aprenda e se conscientize da complexa e contraditória realidade sócio-econômica, política e cultural em que vive, capacitando-se para atuar de maneira a transformá-la.

¹⁰ Sistema produtivo formal compõe-se de todas as unidades empresariais legalmente registradas. isto é. com Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).

+
+
+
+
+
+
+
+
+
+
+
+
+
+
+
+
+

222

FEE - Fundação de Economia e Estatística
Rua General Vitorino 77 - 2º andar
90.020-000 Porto Alegre - RS

FGV - Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo 190 - sala 1022
22.253-900 Rio de Janeiro - RJ

FJP - Fundação João Pinheiro
CEI - Centro de Estatística e Informações
Alameda das Acácias 70 - Bairro São Luiz
31275-150 Belo Horizonte - MG

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CDDI - Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Rua General Canabarro 666 - Bairro Maracanã
20271-201 Rio de Janeiro - RJ

Superintendência de Minas Gerais
Rua Oliveira 523 - 1º andar - Bairro Cruzeiro
30310-150 Belo Horizonte - MG

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Rua Marechal Hermes 999 - Centro Cívico
80.530-914 Curitiba - PR

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Avenida Casper Líbero 464 - 2º andar - Bairro da Luz
01.033-000 São Paulo - SP

SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
Rua Bernardo Guimarães 2731 - Bairro Santo Agostinho
30140-082 Belo Horizonte - MG

Recebido em 18.04.97